

Mais mulheres na política



» MINISTRA MARIA ELIZABETH ROCHA
Presidente do Superior Tribunal Militar (STM) e do Observatório Pró-Equidade da Justiça Militar da União

» JUÍZA AMINI HADDAD
Coordenadora do Observatório Pró-Equidade-JMU

Em um tempo de profundas reflexões sobre a nossa jornada como nação, somos convidados a olhar para o passado, honrar as lutas presentes e construir um futuro no qual a igualdade seja a pedra angular de nossa sociedade. Celebrar o Dia da Conquista do Voto Feminino no Brasil transcende a mera festividade; é um chamado à consciência para um tempo que exige novos olhares, novas posturas à cidadania.

As mulheres brasileiras conquistaram o direito de votar em 24 de fevereiro de 1932, por meio do Decreto 21.076, do então presidente Getúlio Vargas, que instituiu o Código Eleitoral. Em 1933, houve eleição para a Assembleia Nacional Constituinte, e as mulheres puderam votar e ser votadas pela primeira vez. A nova Constituição, que entrou em vigor em 1934, consolidou o voto feminino – uma conquista do movimento feminista da época.

Ao longo da história, mulheres como Bertha Lutz, Myrthes Gomes de Campos, Esperança Garcia, Zilda Arns, Nise da Silveira, Clarice Lispector, Lygia Fagundes Telles, Tarsila do Amaral e Luiza Helena Trajano não apenas quebraram barreiras, mas solidificaram-se como marcos, impulsionando a evolução. Suas vidas nos mostram que o potencial feminino é ilimitado, capaz de resistir às injustiças, superar dores e transformar realidades. A humanidade evoluiu no exemplo de todas elas.

Contudo, apesar de avanços inegáveis, a realidade de sub-representatividade feminina em espaços de poder, especialmente na política, ainda é gritante e inaceitável. O Brasil, um país onde mais de 51,5%

da população é feminina, e 27,9% são mulheres negras, ostenta um dado alarmante: as mulheres ocupam apenas 17% dos cargos legislativos.

No ranking da União Internacional Parlamentar, entre 183 países, ocupamos a 133ª posição, e a 31ª entre 33 países latino-americanos e caribenhos, conforme o mapa global da ONU. Essa desproporção não é apenas uma estatística; é um reflexo de uma lacuna democrática que silencia vozes, retarda o desenvolvimento social e perpetua velhos estereótipos à invisibilidade de mulheres nos espaços de poder.

Nesse contexto, a exclusão feminina dos espaços de decisão constitui, em si, uma forma de vulneração, perpetuando uma dinâmica de desqualificação e de subordinação. É por isso que o Superior Tribunal Militar (STM), por meio do Observatório Pró-Equidade da Justiça Militar da União, reafirma seu compromisso com as Políticas de Estado Pró-Equidade e apoia iniciativas que buscam a efetivação desses direitos fundamentais. Portanto, nessa dinâmica, o apoio ao Movimento Mais Mulheres na Política é um dever inerente às razões do Observatório, pela convergência de propósitos.

A Constituição Federal de 1988, ao consagrar o princípio da igualdade entre homens e mulheres e o dever do Estado de promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (art. 3º, IV), já aponta o caminho à equidade. Da mesma forma, as convenções e tratados internacionais de direitos humanos, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos e a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW), ratificadas pelo Brasil, exigem a promoção da igualdade e o combate à discriminação em todas as suas formas.

O Movimento Mais Mulheres na Política propõe um Projeto de Lei de Iniciativa Popular que visa alterar o Código Eleitoral e a Lei Complementar nº 78, de 1993, para instituir a reserva de 50% das cadeiras nas Casas Legislativas (federal, estaduais, distrital e municipais) para representantes mulheres. Mais ainda, de forma crucial e atendendo ao conceito de interseccionalidade, 25% dessas vagas seriam destinadas a mulheres negras. Essa medida é uma resposta direta à ineficácia das cotas eleitorais atuais, que, embora

garantam um mínimo de candidaturas femininas, não se traduzem em representatividade efetiva.

A proposta é um avanço necessário para corrigir a profunda desigualdade de gênero e raça no cenário político brasileiro. Recordemos que a participação plena e efetiva das mulheres em todos os níveis de tomada de decisão é um dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 das Nações Unidas, ao qual o Brasil aderiu. A sub-representação feminina implica em uma consequência grave: a ausência equitativa de perspectivas sociais, relegando a um segundo plano as pautas que dizem respeito aos direitos das mulheres, à sua voz quando da definição das prioridades públicas e orçamentárias e ao seu reconhecimento como sujeito de direitos, em igualdade de condições.

O apoio institucional do STM ao Movimento Mais Mulheres na Política, através da disponibilização de espaço e estrutura tecnológica para a coleta de assinaturas digitais ao Projeto de Lei de Iniciativa Popular, é uma demonstração de que o Poder Judiciário, em sua função político-administrativa, age proativamente para assegurar a efetividade dos direitos fundamentais e humanos. Não se trata de uma simples assistência, mas de um dever de Estado.

A iniciativa popular exige a coleta de, aproximadamente, 1,5 milhão de assinaturas de eleitores, distribuídas em pelo menos cinco Estados da Federação, para ser levada ao Congresso Nacional. Cada assinatura é um passo em direção a um parlamento que tenha, de fato, a cara do Brasil — plural, diverso e justo.

A assinatura do Projeto de Lei de Iniciativa Popular Mais Mulheres na Política é um ato de cidadania que transcende o individual e fortalece a nossa democracia. A plataforma estará disponível no site oficial do STM, a partir do dia 25 de março. O espaço será inaugurado na 3ª. Audiência Pública do Observatório Pró-Equidade, no Auditório do STM, às 13h.

É tempo de reescrevermos coletivamente a concepção de humanidade, garantindo que a plena realização de mulheres e homens em equidade de condições seja a norma e não a exceção.

Sob o valor humano da equidade, o STM e a Justiça Militar da União firmam esse compromisso. Conclamamos cidadãs e cidadãos a se unirem a este movimento.



O recado de Davos sobre inteligência artificial



» PAULO ALMEIDA
Pós-doutorando no Programa de Pós-Graduação em Design da Universidade de Brasília, professor na Faculdade de Comunicação da UnB

O Fórum Econômico Mundial de Davos 2026 foi claro: a inteligência artificial (IA) deixou de ser tendência e passou a ser estratégia central nas organizações. A discussão já não gira em torno de “se” a IA será adotada, mas “como” ela será integrada aos modelos de negócio, aos processos decisórios e à forma como o trabalho é estruturado.

Tratar a inteligência artificial como um projeto paralelo, um laboratório isolado de inovação ou uma simples iniciativa de tecnologia é um erro estratégico. Os debates e relatórios apresentados em Davos mostram que as organizações que geram valor consistente são aquelas que conectam a IA à execução, à governança e ao desenho organizacional. A IA não pode ser encarada como uma ferramenta acessória, mas como uma infraestrutura de competitividade, comparável à eletricidade ou à internet em outros momentos da história econômica.

Outro ponto central do Fórum foi a relação entre tecnologia e pessoas. A inteligência artificial não elimina o humano; ela o repositiciona. Atividades repetitivas, operacionais e previsíveis tendem a ser automatizadas, enquanto habilidades como pensamento

crítico, criatividade, capacidade analítica, empatia e liderança se tornam ainda mais valiosas. O risco está em usar IA apenas como instrumento de corte de custos e pessoas; a oportunidade real está em utilizá-la para elevar a qualidade das decisões tomadas por profissionais qualificados.

Os números apresentados reforçam esse diagnóstico. O Fórum Econômico Mundial estima que cerca de 1,1 bilhão de empregos serão transformados pela tecnologia na próxima década e que 86% das empresas globais serão impactadas diretamente por IA e processamento de dados até 2030. A própria instituição ressalta que a inteligência artificial tende a criar mais postos de trabalho do que eliminar, desde que haja investimento deliberado em requalificação profissional, redesenho das funções e novas formas de organização do trabalho.

Davos também apresentou quatro cenários possíveis para o futuro do trabalho até 2030. No progresso superacelerado, a IA avança junto com a preparação dos trabalhadores, elevando a produtividade e permitindo que humanos assumam funções de coordenação de sistemas inteligentes. Na era do deslocamento, a tecnologia supera a capacidade de requalificação, resultando em automação em massa.

A economia do copiloto representa um caminho intermediário, no qual a IA apoia diretamente a força de trabalho e redesenha funções, especialmente onde houve investimento em capacitação e governança. Já o progresso estagnado reflete um avanço mais lento da IA diante da escassez de competências, concentrando ganhos em poucas organizações e

ampliando desigualdades. Em todos os cenários, há um ponto comum: sem desenvolvimento consistente de talentos, não há ganho sustentável de produtividade nem crescimento econômico de longo prazo.

No Brasil, esse movimento é visível. Levantamento do Infojobs aponta que as vagas que exigem conhecimentos em inteligência artificial cresceram 65% em 2025, consolidando a IA como uma qualificação concreta para geração de emprego e renda. Dados do LinkedIn reforçam essa tendência: o percentual de profissionais que utilizam IA diariamente no trabalho no país saltou de 17% para 35% em apenas 18 meses. Além disso, 78% dos trabalhadores brasileiros afirmam que pretendem aprender novas habilidades ligadas à IA, sinalizando uma mudança acelerada de mentalidade no mercado nacional.

Mais do que números, essas pesquisas revelam a importância da learning agility: a capacidade de aprender, desaprender e reaprender continuamente. O diferencial competitivo não está no uso superficial da tecnologia, em “prompts soltos” ou aplicações pontuais, mas na criação de soluções estruturadas, orientadas por profissionais capazes de integrar a IA aos processos, à estratégia e à tomada de decisão.

A conclusão de Davos é direta: tecnologia, sozinha, não transforma organizações. O que define vencedores é a capacidade de liderar a integração entre humanos e inteligência artificial, investir de forma consistente em pessoas e executar com responsabilidade, ética e visão de longo prazo. A IA já está moldando o presente. Permanecer inerte é aceitar operar em modo off-line em um mundo cada vez mais conectado.

Entre patrimônio e modernidade: o legado urbano que Baku quer deixar ao mundo



» RAFIQ RUSTAMOV
Conselheiro da Embaixada da República do Azerbaijão no Brasil

Às vésperas de sediar a décima terceira sessão do Fórum Urbano Mundial, o Azerbaijão projeta-se novamente como palco de um diálogo global decisivo. Após a realização da COP29, o país volta ao centro das atenções internacionais ao preparar, em Baku, entre 17 e 22 de maio de 2026, o WUF13 — encontro convocado desde 2002 pelo ONU-Habitat. Trata-se do principal fórum técnico mundial sobre desenvolvimento urbano sustentável e assentamentos humanos, reconhecido como o terceiro maior evento do sistema ONU. O fato de a diretora-executiva do programa, Anaclaudia Rossbach, ser brasileira acrescenta um simbolismo especial à participação do Brasil e reforça as pontes entre os dois países.

O tema escolhido — *Habitação para o mundo: cidades e comunidades seguras e resilientes* — não poderia ser mais urgente. Quase 3 bilhões de pessoas enfrentam algum tipo de precariedade habitacional, fenômeno que desafia governos, urbanistas e investidores. Ao reunir representantes de 166 países e mais de 13 mil participantes já inscritos, o WUF13 demonstra que a agenda urbana deixou de ser periférica e passou a ocupar o centro das estratégias de desenvolvimento. Prefeitos brasileiros, gestores locais e atores do setor privado terão oportunidade de compartilhar experiências e de, sobretudo, aprender com realidades distintas.

A decisão do presidente Ilham Aliyev de declarar 2026 como o “Ano do Planejamento Urbano e da Arquitetura” confirma que o evento não é apenas protocolar, mas parte de uma visão de Estado. O país reivindica com legitimidade uma tradição urbanística secular, reconhecida pela Unesco. Em Baku, o conjunto histórico de Icherisheher e o Complexo do Palácio dos Shirvanshahs testemunham a sofisticação medieval; a imponente Torre da Donzela permanece como símbolo da identidade nacional. Fora da capital, o centro histórico de Shaki e o Palácio do Khan revelam a riqueza cultural que moldou a formação urbana do país.

Ao mesmo tempo, a paisagem contemporânea dialoga com o futuro. O Centro Heydar Aliyev, com suas linhas fluidas, tornou-se ícone de inovação arquitetônica; as Torres Flame e o complexo Cidade Branca traduzem a ambição de uma capital que combina preservação histórica e modernização acelerada. Essa convivência entre passado e futuro fortalece o discurso do Azerbaijão como laboratório urbano em transformação, capaz de integrar memória e tecnologia em um mesmo horizonte estratégico.

Outro aspecto que merece atenção é o amplo programa de reconstrução em territórios anteriormente ocupados. Declaradas zonas de “energia verde”, essas áreas receberam planejamento para mais de 100 assentamentos, incluindo 12 cidades, em um intervalo de tempo incomum na prática internacional. A revitalização de Shusha, com a restauração de sua fisionomia histórica, simboliza não apenas reconstrução física, mas afirmação cultural e coesão nacional. É um exemplo concreto de como planejamento urbano pode estar associado à reconciliação e ao desenvolvimento sustentável, integrando infraestrutura moderna, eficiência energética e valorização patrimonial.

Em recente entrevista à Agência Estatal de Notícias do Azerbaijão, Anaclaudia Rossbach destacou que do Azerbaijão se podem esperar experiências relevantes para cidades centradas nas pessoas e na natureza. Essa afirmação reforça a percepção de que o WUF13 não será mero palco de discursos, mas espaço de troca prática de soluções, especialmente num momento em que mudanças climáticas, desigualdades sociais e pressões demográficas convergem para um mesmo desafio urbano.

O governo lançou sessões informativas on-line para engajar academia, governos locais e setor privado, apresentando prioridades temáticas, formatos de participação — como assembleias, mesas-redondas, WUF Academy e Urban Expo — e iniciativas preparatórias, a exemplo da Azerbaijan Urban Campaign e da Baku Urban Week. A mobilização demonstra planejamento estratégico e desejo de legado duradouro, indo além da simples organização logística de um grande encontro internacional.

Mais do que sediar um grande evento, o Azerbaijão parece empenhado em afirmar uma narrativa: a de que cidades resilientes nascem do equilíbrio entre memória, inovação e visão estratégica. Ao acolher o WUF13, Baku não apenas oferece sua infraestrutura e hospitalidade, mas apresenta ao mundo um modelo em construção — um país que reconhece o peso de sua história e, ao mesmo tempo, investe em soluções urbanas compatíveis com as exigências do século 21.